

ESPLANADA

Ministra questiona Coordenação Política sobre planos de Lobão para cargos no setor elétrico. José Múcio prevê "dias tensos"

Dilma monitora PMDB

DANIEL PEREIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, está ressaltada com o apetite revelado pelo PMDB por cargos em estatais do setor elétrico. Ontem, demonstrou tal preocupação, mais uma vez, ao chamar para uma conversa o ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro. Pediu ao colega um relato da reunião que ele teve, na noite anterior, com o novo titular de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA). Quis saber detalhes dos planos de Lobão para a pasta. E recomendou cautela a Múcio na negociação de nomes para diretorias e presidências de estatais da área energética.

Sabedora da disposição do PMDB de realizar já na próxima semana as primeiras mudanças em empresas como Eletrobrás e Eletronorte, Dilma opera nos bastidores a fim de manter homens de confiança em postos estratégicos e impedir a nomeação de apadrinhados políticos que, por serem incapazes tecnicamente, poderiam colocar em risco projetos do governo. Petistas lembram que um eventual racionamento, além de frear o crescimento econômico, abaterá no nascedouro a possibilidade de a ministra disputar a sucessão presidencial em 2010.

Diante do cabo-de-guerra entre Dilma e o PMDB, Múcio reconheceu que terá "dias tensos" até segunda-feira, quando se reunirá com o presidente do partido, deputado Michel Temer (SP), líderes da legenda e Lobão para discutir as nomeações. Ontem, o ministro de Minas e Energia disse

OS INDICADOS

Estes são alguns dos nomes sugeridos pelo PMDB para ocupar cargos no setor energético:

Presidência da Eletrobrás

● Evandro Coura, presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE). Indicado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), com o apoio do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

Diretoria Financeira da Eletrobrás

● Astrogildo Quental, diretor econômico-financeiro da Eletronorte. Indicado pelo senador José Sarney (PMDB-AP)

Diretoria Administrativa da Eletrobrás

● Benjamim Maranhão, ex-deputado federal. Indicado por seu tio e presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador José Maranhão (PMDB-PB)

Diretoria da Eletrobrás

● Miguel Colassuono, ex-prefeito de São Paulo. Indicado pelo presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), e pelo presidente do diretório estadual do partido, o ex-governador Orestes Quéricia

Diretoria da Eletrosul

● Paulo Afonso, ex-governador de Santa Catarina. Indicado pela bancada do PMDB na Câmara

Presidência da Eletronorte

● Lívio Rodrigues de Assis, diretor-geral do Detran do Pará. Indicado pelo deputado Jader Barbalho (PMDB-PA)

Diretoria Internacional da Petrobras

● Jorge Luiz Zelada, gerente-geral de Engenharia da empresa. Indicado pela ala mineira da bancada do PMDB na Câmara

que pretende anunciar os novos presidentes da Eletronorte e da Eletrobrás na semana que vem. Despontam como favoritos Lívio Rodrigues de Assis e Evandro Coura, respectivamente. Diretor-geral do Detran do Pará, Assis é

uma indicação do deputado Jader Barbalho (PMDB-PA).

Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), Coura tem como padrinhos os senadores José Sarney (PMDB-AP) e

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente do Senado. Na reunião com a cúpula peemedebista, Múcio deixará claro que as indicações só serão aceitas se assumidas como de iniciativa de toda a legenda. Assim, pretende evitar que a bancada da Câmara reclame mais um posto alegando, como já fez anteriormente, que determinado nome não conta com o apoio do grupo, mas apenas de um cacique do Senado.

Sanguessugas

O governo quer que o próprio partido arbitre disputas internas. Resolva, por exemplo, o caso da diretoria Administrativa da Eletrobrás. Hoje, o cargo é ocupado por Aracilba Alves da Rocha, indicada pelo ex-senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, José Maranhão (PMDB-PB), deseja substituí-la por seu sobrinho Benjamim Maranhão, ex-deputado federal investigado por suposta participação no escândalo dos sanguessugas.

Batido o martelo com o partido, Múcio passará à negociação com Dilma. Os dois tentarão aproximar objetivos distintos. A prioridade do ministro é resolver a questão política. Satisfazer deputados e senadores padrinhos da indicação. Já a preocupação principal da ministra é com a capacidade do nome sugerido para executar os projetos no setor. Antes de Sarney defender Evandro Coura na presidência da Eletrobrás, um senador petista afirmou que Dilma planejava intervir na estatal. Leia-se: reduzir ao máximo a participação dos peemedebistas.

"Ela vai operar na empresa", declarou o senador. A conferir.



por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



O meio ambiente não é (só) caso de polícia

Enquanto o presidente da República dava ontem tratos à bola no difícil tema do desmatamento recorde da Amazônia, o mundo tomava conhecimento de que a economia chinesa cresceu estonteantes 11,4% em 2007. E o Brasil descobria que o desemprego interno despencou para 7,4% em dezembro. O que o primeiro assunto tem a ver com os dois últimos? Tudo. O avanço do Brasil sobre a Amazônia não ocorre porque os brasileiros são maus ou não gostam da natureza. A exploração econômica da região progride porque a demanda por alimentos está aquecidíssima. Árvores são derrubadas para criar gado e plantar soja. Com um agravante: a expansão da cana-de-açúcar para produzir etanol na porção meridional do país empurra ainda mais outras culturas para o Brasil setentrional.

A principal ficção difundida pelo presidente da República em seu novo papel de garoto-propaganda do etanol brasileiro no mundo é que há terra sobrando aqui para plantar cana. E que, portanto, podemos muito bem expandir a oferta de álcool sem pressionar o preço dos alimentos ou cortar árvores. É a teoria palaciana das terras infinitas. Tese que não agüenta um sopro. Já perguntamos nesta coluna e repetimos a indagação: se está sobrando terra degradada (improdutiva) para plantar cana, por que falta terra para a reforma agrária? O pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pede há anos que o Palácio do Planalto autorize a portaria que moderniza os índices de produtividade, para aumentar o estoque disponível para a democratização da propriedade rural. E nada de o Planalto se mexer.

A explosão do desmatamento é responsabilidade exclusiva do governo Lula e de quem o comanda. A administração federal divide-se entre os adeptos incondicionais do agronegócio e os militantes de um preservacionismo amazônico radical e utópico. Esses dois vetores, aparentemente opostos, na verdade potencializam-se. Ao não se lançar com ímpeto e determinação numa empreitada para tornar viável a exploração econômica racional da Amazônia, o governo petista aparece nos primeiros capítulos como o mocinho da novela. Mas, visto que é impossível ludibriar todos o tempo todo (já advertia Winston Churchill), um dia os números frios aparecem e a realidade se impõe: em resumo, a Amazônia brasileira está à mercê do latifúndio do século 21.

E assim continuará, enquanto o presidente da República estiver mais preocupado com o que pensam dele em Paris do que em Roraima. Quantas vezes Lula foi a Roraima desde que tomou posse em 1º de janeiro de 2003? Alguém sabe? Ontem, a cúpula do governo reuniu-se em palácio para discutir o aumento da repressão ao desmatamento ilegal. Ótimo. Mas será que o governo imagina solucionar o problema unicamente com o uso de força policial? A questão ambiental não é somente caso de polícia. Enquanto a árvore derrubada representar a criação de um valor maior do que mantê-la de pé, as estatísticas prosseguirão sua caminhada cruel. O homem se move pela busca da riqueza. Bloquear esse movimento sem oferecer opções é como construir um barragem de rio sem vertedor. Chega uma hora em que a força da água leva tudo de roldão.

Para evitar uma catástrofe na Amazônia, o Brasil precisa escapar do discurso catastrofista. Veja-se, por exemplo, o caso do aquecimento global. Se as teorias a respeito do assunto estiverem corretas, é provável que a elevação da temperatura no planeta acabe contribuindo mais para a extinção das florestas tropicais do que o contrário. O catastrofismo é também preocupante por outra razão: do jeito que a coisa vai, daqui a pouco aparece alguém propondo um "Plano Brasil", nos moldes do Plano Colômbia. Ali, justifica-se a presença de tropas americanas em nome do combate ao narcotráfico. Aqui, certamente haverá quem proponha chamar os marines para tentar salvar o ecossistema amazônico.

A Amazônia tem salvação. Ela está na expansão civilizada do homem, com base na agricultura e na pecuária familiares, no zoneamento ecológico-econômico e na produção científica com o aproveitamento da biodiversidade. A ação policial será sempre importante, como em todo lugar, para combater as ilegalidades e separar os malfetores das pessoas de bem. O problema, entretanto, é quando as pessoas de bem precisam se transformar em malfetores para garantir um amanhã melhor para si e sua família.

Iano Andrade/CB - 22/1/08



DILMA ROUSSEFF, CHEFE DA CASA CIVIL, ENTRE OS COLEGAS PAULO BERNARDO (E), DO PLANEJAMENTO, E GUIDO MANTEGA, DA FAZENDA

Muda proposta tributária

LEANDRO COLON
DA EQUIPE DO CORREIO

Técnicos do Ministério da Fazenda costuram os últimos detalhes da reforma tributária, principal projeto de interesse do governo para ser votado no Congresso este ano. Segundo funcionários da pasta, a reforma terá como ponto principal a criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Federal, que unifica Cofins, PIS e Cide-combustível. Até o ano passado, o IPI estava incluso nesse grupo. Por enquanto, está de fora. No que depender do governo, o IVA Federal entrará em vigor daqui a três anos. A arrecadação seria a mesma dos três impostos. O governo argumentará na reforma que

essa unificação simplificará o sistema tributário e resultará numa "eficiência econômica".

No momento, o Ministério da Fazenda tende a desistir de propor a criação de um IVA Estadual, que juntaria ICMS (estadual) e ISS (municipal), com a cobrança total no destino da mercadoria produzida. Boa parte dos governadores não aceita a proposta. Teme, no caso do ICMS cobrado no destino, a perda de arrecadação dos impostos que incidem sobre produtos fabricados em seus respectivos estados.

O texto que hoje está sendo discutido pela equipe econômica do governo mantém o ISS e unifica a alíquota do ICMS em todos os estados, com uma cobrança "preponderante" no local de chegada da mercadoria. Com isso, o governo alegará que colocará fim à guerra fiscal entre estados, manterá a disposição de acabar gradualmente com o pagamento de impostos

na origem do produto, mas evitará o conflito imediato com os governadores. A reforma deverá trazer ainda uma proposta de compensação financeira para regiões que serão afetadas pelas mudanças no sistema tributário. O governo não pretende incluir a recriação da CPMF no projeto. Espera, porém, que sua base parlamentar trabalhe a favor da criação de um imposto para a saúde ainda este ano.

A batalha do Congresso Resta saber como isso será recebido pelos partidos no Congresso. O governo tem pressa em aprovar essa reforma até junho. Sabe que a Câmara e o Senado param a partir de agosto, quando começam as campanhas para as eleições municipais. Essa foi uma das preocupações que levaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a pedir na quarta-feira que seus ministros ajudem na consolidação da base de apoio parlamentar.

A bronca, aliás, começa a surtir efeito. O governo prepara uma força-tarefa de reuniões com partidos aliados antes de enviar ao Congresso a proposta de reforma tributária. O líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), combinou com o ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, fazer uma reunião no dia 12 de fevereiro com os líderes das legendas da base de apoio para discutir o assunto.

O governo quer enviar o projeto no dia 21 do mesmo mês. Antes disso, pretende, além do encontro com os líderes, realizar no Palácio do Planalto pelo menos duas reuniões com o conselho político, formado por parlamentares e presidentes dos partidos aliados. "Isso é a ampliação do diálogo preliminar com os partidos da base. Não vamos enviar a reforma tributária antes de uma última conversa com os líderes", explica Fontana.